

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.514.680 - AL (2015/0028304-6)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : COOPERATIVA REGIONAL DOS PRODUTORES DE AÇÚCAR E**  
**ÁLCOOL DE ALAGOAS**  
**ADVOGADOS : MARIA FERNANDA QUINTELLA BRANDÃO VILELA E**  
**OUTRO(S) - AL002679B**  
**RAFAEL NARITA DE BARROS NUNES - DF015182**  
**RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL**

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO DOS DISPOSITIVOS INDICADOS. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE NORMATIVO VIOLADO. SÚMULA 284/STF. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, IMPROVIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por COOPERATIVA REGIONAL DOS PRODUTORES DE AÇÚCAR E ÁLCOOL DE ALAGOAS, com fulcro no art. 105, III, *a*, da CF/88, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (fl. 374):

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CONSOLIDAÇÃO DE DÉBITO. PARCELAMENTO. INCIDÊNCIA DA SELIC. LEGALIDADE. RECURSOS REPETITIVOS. STJ.

1. Sentença que julgou improcedente o pedido, condenando a autora/apelante no pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da causa.
2. A Taxa SELIC é legítima como índice de correção monetária e de juros de mora, na atualização dos débitos tributários pagos em atraso, "ex vi" do disposto no artigo 13, da Lei nº 9.065/95. Precedentes do STJ.
3. Descabida a alegação de anatocismo, uma vez que a referida taxa, como parâmetro de apuração da atualização monetária dos créditos tributários, não poderia incidir apenas sobre o valor principal, e sim sobre o montante adquirido em cada parcela, não havendo nenhum óbice na sua forma de aplicação, sendo, inclusive, a mesma que a Receita Federal corrige os créditos dos contribuintes. Apelação improvida.

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 385/390).

Nas razões do apelo especial, a parte recorrente aponta violação dos art. 161, 167, parágrafo único, do CTN; das disposições estatuídas na Lei nº 11.941/2009; dos art. 44, I, art. 61, §§ 2º e 3º, c/c o art. 5º, § 3º, todos da Lei nº 9.430/96; além de infringir o art. 535, I e II, do CPC/73. Sustenta, em síntese, que há ilegalidade, por parte da Fazenda Nacional, ao fazer incidir juros da taxa SELIC sobre juros da própria taxa SELIC, assim como sobre a multa de mora e sobre a multa de ofício, em razão da consolidação dos parcelamentos previstos pela Lei nº 11.941/2009.

Contrarrazões às fls. 415/418.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 420.

# Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)"

No tocante a alegada violação do artigo 535, I e II, do CPC/1973, tem-se que o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, conforme excerto retirado do julgamento dos embargos (fl. 386):

*In casu*, restou definido que é descabida a alegação de anatocismo, uma vez que a referida taxa, como parâmetro de apuração da atualização monetária dos créditos tributários, não poderia incidir apenas sobre o valor principal, e sim sobre o montante adquirido em cada parcela, não havendo nenhum óbice na sua forma de aplicação, sendo, inclusive, a mesma que a Receita Federal corrige os créditos dos contribuintes.

Desnecessário, portanto, qualquer esclarecimento ou complemento ao que já decidido pela Corte de origem, pelo que se afasta a ofensa ao artigo 535 do CPC/1973.

No mais, não é possível conhecer do recurso especial que apresenta suposta violação dos art. 161, 167, parágrafo único, do CTN, 44, I, 61, §§ 2º e 3º, c/c o art. 5º, § 3º, todos da Lei nº 9.430/96, pois os dispositivos indicados como malferidos não contêm comandos normativos capazes de sustentar a tese deduzida e infirmar a validade dos fundamentos do acórdão recorrido.

Tem-se ainda que o recorrente não impugnou fundamentos basilares do acórdão recorrido segundo os quais **i)** a Taxa SELIC é legítima como índice de correção monetária e de juros de mora, na atualização dos débitos tributários pagos em atraso, nos termos do disposto no artigo 13, da Lei 9.065/95 e **ii)** a referida taxa, como parâmetro de apuração da atualização monetária dos créditos tributários, não poderia incidir apenas sobre o valor principal, e sim sobre o montante adquirido em cada parcela, não havendo nenhum óbice na sua forma de aplicação, sendo, inclusive, a mesma que a Receita Federal corrige os créditos dos contribuintes. Essa situação enseja a aplicação da Súmula 283/STF.

Por fim, ao apontar ofensa às disposições estatuídas na Lei nº 11.941/2009, o recorrente não indicou os normativos da lei federal supostamente violados pelo acórdão recorrido, o que inviabiliza a exata compreensão da controvérsia e impede o conhecimento do recurso especial por deficiência na argumentação recursal, a teor da Súmula 284/STF.

Ante o exposto, **conheço parcialmente** do recurso especial **e, nessa extensão, nego-lhe provimento.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de agosto de 2019.

**MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**

Relator